

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

Fabrício Sant’Anna de Andrade
Acadêmico em História da Universidade Estadual de Goiás – UnU Itumbiara

Produzida pelo professor/pesquisador Ciro Flamarion Cardoso, *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*, nos fornece uma ampla discussão no que se refere à teoria da História. Ao dialogar com diferentes tendências historiográficas, o autor promove uma série de debates em torno da questão de como se “fazer História”.

Com sua postura marxista, acredita que a História só possa ser interpretada através das condições materiais que compõem cada sociedade e não pela consciência, linguagem ou religião que cada uma possui. Apóia as primeiras gerações dos *Annales* por privilegiarem as estruturas e a longa duração, refutando veementemente o positivismo por restringir-se apenas à história factual e a curta duração.

Num segundo momento de sua trajetória, debates entre as tendências pós-modernas, o neoconservadorismo e a História Cultural tornaram-se constantes. Segundo o autor, o pós-moderno surge com os problemas da modernidade e também com o intuito de preencher algumas lacunas deixadas pelo marxismo. Apesar de trazer algumas contribuições para a história estrutural, isso não reduz o seu papel de superioridade sobre as demais.

Sua obra se situará neste contexto, nos aspectos de estudos teóricos e metódicos. Publicada em 2005, é composta por um conjunto de ensaios os quais nos permitem refletir acerca das discussões de como a história pode ser vista em tempos atuais.

É notável a preocupação do autor frente a novas visões de tempo e espaço e a relação que estes estabelecem com a história, devido às variadas funções que exercem em diversas áreas.

Na vida moderna os acontecimentos se dão de forma muito rápida, o que faz com que fiquemos perdidos no tempo. Os meios de comunicação contribuem para isso, pois ao distorcer os fatos, ocasionará o que Cardoso irá chamar de “desnorreamento”. Dessa maneira, as pessoas acreditam viver em um mundo totalmente diferente do que já existiu, esquecendo-se do próprio passado.

Essa “falta” de referência origina um sentimento de “necessidade”, sugerida pelo autor como o nascimento de uma memória coletiva - recordações as quais todos acreditam ser. Foram criadas com esse propósito podendo ser modificadas de acordo com o contexto social de cada época.

É válido ressaltar que a noção de espaço precede a de tempo. Contudo, ao dialogar com estudiosos de outras áreas, serve-se do conceito de Supermodernidade do antropólogo francês Marc Augé, para tentar compreender esse “desnorteamto” imposto à sociedade, mesmo observando que este *percebe o sujeito apenas no nível individual*. (Cardoso, 2005, p. 47).

Ao elucidar questões que retratam a veracidade da narrativa histórica, o autor demonstra como historiadores tradicionais e atuais ocupam diferentes posições. Enquanto primeiramente acreditava-se existir uma relação entre narrativa e realidade, desde que almejadas algumas regras, recentemente algumas teorias afirmam que *a narrativa não passa de produto de uma construção do imaginário*. (Cardoso, 2005, p. 64).

Na atualidade, vários historiadores consideram a narrativa uma *descontinuidade*, pois acreditam que suas características estejam ligadas apenas aos textos e não ao mundo real. Cardoso se coloca contra essa *descontinuidade*, pois alega que a estrutura da ação é comum tanto à narrativa, quanto à realidade. Afirma que *a vida não somente se vive, ela se relata, se conta o tempo todo: vivemos o relato, relatamos a vida*. (Cardoso, 2005, p. 67).

É notável a importância do papel desempenhado pela linguagem na construção da narrativa histórica. Enquanto os historiadores tradicionais se ocupam em estabelecer uma sistematização dos fatos/relatos para encontrar uma verdade, os pesquisadores atuais, chamados pelo autor de *anti-realistas*, propuseram a *desconstrução* e a *virada lingüística*.

Estes historiadores tentam demonstrar que os textos históricos são manipuladores. Mas essa manipulação só é possível a partir da conversão do processo narrativo de primeiro nível para segundo nível, ou seja, de *constitutivo* para *cognitivo*.

Em um dado momento, o autor afirma que *isto acarretará mudanças no conteúdo*, pois a narrativa é *prática antes de ser cognitiva* e todo esse processo *não se trata de uma reconstituição, mas de algo embutido na própria ação*. (Cardoso, 2005, p. 69).

Quanto às sociedades complexas, Cardoso elucidar teorias tanto de *integração social*, quanto aquelas que se referem ao *conflito social*. Coloca-se a favor desta última, pois as ações humanas passam a ser vistas no coletivo. O homem social agora é entendido como classe social e não mais como indivíduo. É também capaz de promover grandes transformações num curto espaço de tempo.

Ao demonstrar a evolução da historiografia, Cardoso a qualifica como uma atividade não-profissional durante a Antiguidade, devido à ausência de métodos. Nesse período as ações humanas não são valorizadas, pois tudo é atribuído aos deuses. Os relatos eram produzidos em forma de prosa e apenas as fontes orais e oculares eram aceitas.

Na Idade Média, várias transformações geram um caráter erudito e uma maior preocupação com os fatos, resultado do maior acesso aos livros proporcionado pela imprensa. Após o estabelecimento do Cristianismo, aquela visão cíclica é substituída por uma visão linear da história e tanto as ações humanas quanto a causalidade tornam-se valorizadas.

Na Idade Moderna o avanço das ciências rompe com o plano espiritual. Outras preocupações surgem com relação aos documentos, pois na tentativa de se estabelecer uma história abrangente, novos métodos são propostos o que faz surgir novas maneiras de se ver o mundo.

O que se pode dizer dessas novas correntes – Positivismo, Annalles, marxismo - é que todas se preocupavam em estabelecer teorias globais, explicando a sociedade através daquilo que lhe fosse comum, demonstrando a *inexistência de fronteiras estritas entre as ciências sociais* e respeitando a *especificidade histórica de cada período*. (Cardoso, 2005, p. 147).

Quanto a História Cultural, Cardoso a denomina como passageira, pois o mesmo que contribuiu para o seu fortalecimento, o caráter unilateral, será ingrediente para o seu enfraquecimento. A crítica segue mais além, pois o autor afirma que a História Cultural exclui várias visões para atender interesses individuais esquecendo-se do coletivo, fazendo com que o historiador se comporte como um “avestruz”.

Na última parte da obra, diferentes temas são abordados. Inicia-se traçando uma discussão em torno de questões como “identidade” e “nação”, apontando o que ambas poderiam ser e também o que diferentes pesquisadores vêem. Na etnografia aponta as divergências entre oralidade/escrita/leitura. Ao afirmar que a escrita precedeu a leitura, o autor estabelece uma relação entre o escrito e o oral, pois *a escrita e as práticas a ela ligadas não passam de uma parte de algo mais geral: o conjunto dos mecanismos de controle que algum foco de poder trata de exercer sobre a sociedade, ou sobre parcelas dela* (Cardoso, 2005, p. 202).

Na religião, devido à escassez de fontes, dois tipos de definições são estabelecidos: uma religiosa e outra funcional. Atualmente, o autor afirma não existir uma “verdade” com

relação à religião, somente crenças. Estas organizam as massas devido ao caráter de “ideologia orgânica” que possuem. Assim,

A religião – um sistema simbólico orientando a ação com referência a supostos fins últimos e a uma também suposta realidade de ordem superior – define-se como uma ideologia, em conjunto com o sistema simbólico e institucional em que ela é partilhada e comunicada. (Cardoso, 2005, p. 229).

Nas artes, a hermenêutica não restringe sua preocupação com a obra, apenas no sentido de objeto, pois *demonstra a relação íntima e necessária entre sujeito e objeto, transformando a prática artística numa totalidade em processo, em devir* (Cardoso, 2005, p. 232). A ascensão da obra se dará na *verdade do próprio diálogo*.

O visado não é a verdade resultante duma argumentação, nem a verdade num sentido da correspondência entre o real e a ficção (ou entre o real e a representação), menos ainda a verdade científica: trata-se de um “jogo de verdade”, no qual só se determina a verdade quando e enquanto seja jogado. (Cardoso, 2005, p. 232).

Nesse jogo a linguagem ao ultrapassar a função de denominar coisas – metaforicamente falando -, assume definitivamente o caráter de *quase-sujeito e quase-objeto*, ao permitir novas visões de mundo.

Embora a hermenêutica se preocupe com os elementos “estéticos”, tratando a arte em geral, sua influência é notável na Psicanálise, na qual o foco é o processo de criação, o qual não procura dar sentido à obra, mas sim compreender como tal sentido pôde produzir-se. A interpretação histórica também tece o mesmo caminho, pois enfatiza a *contextualização necessária ao entendimento da obra de arte*. (Cardoso, 2005, p. 234).

Ao teorizar as noções de *sociedade e cultura*, Cardoso demonstra como estas se relacionaram em diferentes perspectivas, para só depois apontar a sua própria definição. Entre os marxistas, tais noções não tinham o mesmo significado, porém suas relações eram próximas. Antropólogos e sociólogos se propuseram a dividi-las, onde os primeiros abarcariam os estudos referentes à cultura, enquanto os segundos se restringiriam apenas ao social. Quanto aos historiadores, as divergências só apareceram a partir do momento em que se criaram visões holísticas, primeiramente com a História Social e depois com a História Cultural, esta por sua vez, na tentativa de sobrepor-se a anterior dividindo-a em partes.

O autor admitindo não ser uma tarefa nada fácil se coloca contra esta última postura, pois tomar apenas os aspectos culturais como referência, delimita o campo *das pessoas pensarem e se comportarem com o que fazem*. (Cardoso, 2005, p. 259).

Traçando uma linha evolutiva do termo “cultura”, pode-se observar que primeiramente seu sentido era normativo. Depois de adquirir um caráter descritivo e de ser considerada por Kroeber como *um discurso coletivo do tipo simbólico* (Cardoso, 2005, p. 270), Cardoso a chamará de um *conceito-obstáculo*, o qual se auto-explica. Para ele,

(...) pode ser útil usar o conceito de cultura para designar os objetos materiais, as normas de comportamento e os processos de pensamento (bem como as produções deles resultantes) que reúnam certas condições: 1) serem elementos de um patrimônio social, historicamente produzidos por sucessivas gerações, assimilados e selecionados pela comunidade humana que os transmite de geração em geração; 2) terem um nível que ultrapasse o individual e cuja dimensão se torne efetivamente social (a descoberta de algum pensador ou cientista, guardada numa gaveta e não dada a público, enquanto permanecer assim não será parte integrante da cultura); 3) serem duráveis, o que é garantido pelo controle, sanção e pressão sociais, mais ou menos institucionalizados segundo os casos, o que de modo algum significa que sejam imutáveis. (Cardoso, 2005, p. 277).

Apesar dos avanços que esses estudos têm proporcionado e de alguns momentos focar elementos que a constitui, Cardoso crítica incessantemente a História Cultural. Não abre mão de sua postura marxista, pois a idéia de restringir a História somente a casos particulares, não deve sobrepor aquela de valorizar as estruturas.

É de extrema importância que todos possam ter conhecimento de como resultou o processo de evolução historiográfica. É nesse sentido que a obra se sustenta, pois é possível compreender como a linguagem pôde ser utilizada na construção do relato histórico, e também como o autor eleva o homem a um “ser” pertencente a uma classe social. Assim, acredito que sua contribuição não se restrinja apenas aos interessados na área de teoria e metodologia, mas sim, a todos que se iniciam num curso de História.

Recebido em: 20/09/2008

Aprovado em: 05/12/2008